

Executivo iniciará negociações para pagamento da dívida de US\$ 10 bilhões

por Ivanir José Bortol
de Brasília

O secretário executivo do Ministério da Economia, João Maia, pretende definir, na próxima terça-feira, os limites de negociação para a liquidação de uma dívida de US\$ 10 bilhões do governo federal para com seus fornecedores.

A Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) sugeriu ao governo que pagasse 70% de um crédito de US\$ 160 milhões em dinheiro e o restante em títulos do Tesouro Nacional.

O presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, Alexandre de Carvalho, disse que as empresas do setor esperam receber US\$ 200 milhões de créditos, que têm junto ao setor elétrico, em dinheiro.

"A nossa contraproposta será apresentada a cada um dos segmentos, no máximo em dez dias", disse João Maia.

A capacidade de pagamento do governo federal está condicionada, na verdade, à execução do Orçamento Geral da União. O orçamento aprovado pelo Congresso Nacional deixou o governo em dificuldades para definir a real capacidade do Tesouro Nacional de executar todas as despesas.

"O orçamento veio do Congresso muito desfigurado, por isso foi necessário realizar um contingencia-

mento nos empenhos de despesas dos ministérios, pois não temos condições de garantir que as receitas sejam compatíveis com os gastos", ressaltou o secretário executivo.

O Orçamento Geral da União está com 90% das despesas de custeio contingenciadas. Apenas 10% do orçamento de custeio dos ministérios pode ser empenhado junto ao Departamento do Tesouro Nacional (DTN). Os investimentos foram limitados em 95%, dentro do mesmo objetivo. "O contingenciamento impede que sejam feitos empenhos junto ao Tesouro, sem que haja recursos correspondentes. Se isso fosse feito, haveria um processo de endividamento do governo federal", disse ele.

O governo deverá, dentro de três meses, realizar uma revisão geral no contingenciamento do orçamento. A liberação dos recursos previstos para os ministérios dependerá de um quadro de avaliação das receitas do governo federal. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, enquanto não tiver uma posição balizada sobre os recursos que terá à sua disposição, continuará apenas liberando de forma emergencial recursos dos ministérios.

Os ministérios da Saúde e das Relações Exteriores tiveram recursos liberados ontem através de portarias da ministra Zélia Cardoso de Mello. "Há despesas emergenciais e o ministé-



João Maia

rio da Saúde não pode esperar pelos recursos que vai necessitar para combater o dengue", disse João Maia. (Ver matéria nesta página)

Esse quadro de dificuldades do governo na execução do Orçamento Geral da União é apenas uma parte de uma crise maior da capacidade de financiamento do Estado brasileiro. "Existem imensas dificuldades para crescimento econômico. Com o esgotamento do modelo de desenvolvimento, houve um desmantelamento dos mecanismos de financiamento do setor público. O que estamos buscando é recuperar em novos padrões a capacidade do Estado de ser um agente ativo no desenvolvimento econômico do Brasil", afirmou Maia.

A desindexação da economia, que foi aprovada pelo Congresso, representará, na opinião do secretário, "um caminho longo e

penoso, mas seguro, para a retomada do desenvolvimento do País, restituindo ao setor público a sua capacidade de investimento".

João Maia, considerou extremamente positivas as negociações feitas no Congresso Nacional. "As lideranças dos partidos no Congresso perceberam a grave crise por que passa o País e compreendem hoje que a desindexação da economia é o único caminho a seguir", lembrou.

João Maia lamentou apenas a decisão dos parlamentares de terem rejeitado a decisão de cobrar 35% de Imposto de Renda sobre o saldo de suas dívidas junto ao Sistema Financeiro da Habitação, cobertas pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais, assim como a nova lei que dispensava à Previdência Privada as mesmas obrigações de instituições financeiras para efeito de tributação. A indexação dos preços mínimos à Taxa Referencial, de acordo com Maia, deverá trazer aos produtores um benefício muito inferior àquele previsto pelas lideranças rurais.

A regulamentação da medida deixará claro como será feita a aplicação dos benefícios.